

CPICARF  
000023



*Supremo Tribunal Federal*

**URGENTE**

FAX

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ATAÍDES OLIVEIRA  
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do CARF -- Senado Federal

Medida Cautelar no Habeas Corpus nº 129117

PACTE.(S) : GEGLIANE MARIA BESSA PINTO  
IMPTE.(S) : MICHEL SALIBA OLIVEIRA E OUTRO(A/S)  
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO -  
CPI DO CARF

(Seção de Processos Originários Criminais)

Comunico que deferi liminar nos autos em epígrafe, nos termos da decisão cuja cópia segue via fax. Atenciosamente, Ministro Teori Zavascki, Relator/STF.

Recebido na COCETI em 30/06/15  
10:45  
Felipe Costa Geraldes  
Mat 229869





opor os mesmos limites formais e substanciais oponíveis aos juízes, dentre os quais os derivados das garantias derivadas constitucionais da autoincriminação, que tem sua manifestação mais eloquente no direito ao silêncio dos acusados". Desse modo, "não importa que, na CPI – que tem poderes de instrução, mas nenhum poder de processar nem de julgar – a rigor não haja acusados: a garantia contra a autoincriminação se estende a qualquer indagação por autoridade pública de cuja resposta possa advir à imputação ao declarante da prática de crime" (HC 79244, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, DJ 24-03-2000). No mesmo sentido: HC 115830 MC, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, DJe de 26/11/2012; HC 115863 MC, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Decisão Proferida pelo(a) Ministro(a) RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 20/11/2012, publicado em 22/11/2012; HC 114879 MC, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 23/08/2012, entre outros.

3. No caso, independentemente do título pelo qual a paciente foi convocada para depor, é possível verificar, pelos termos de declarações prestadas por João Batista Gruginski, Hugo Rodrigues Borges e Paulo Roberto Cortez na Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal, nos autos do IPL 004/2014-CGPFAZ/DPF/DF (documentos comprobatórios 1, 2 e 3), que ela é mencionada em diversas passagens como suposta "operadora do caixa" da empresa JR Silva Advogados Associados, sendo essa empresa "o suposto ponto central do fantasioso esquema criminoso" (expressões utilizadas pelos impetrantes), condutas que, pelo menos no exame que se é possível fazer em sede de *habeas corpus*, possuem correlação com os fatos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Ilustrativo, a esse respeito, o ato convocatório, cujos teor se transcreve:

"No intuito de instruir os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 407 de 2015, do Senado Federal, com a finalidade de 'apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações



HC 129117 MC / DF

fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados', e com fulcro no art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, convoco Vossa Senhoria para participar de reunião deste Colegiado a ser realizada 30 de junho de 2015, às 14h00, na sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal".

As circunstâncias dos autos revelam, ao menos em juízo de cognição sumária, ser justificada a pretensão jurídica da paciente, de ter, por parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, o tratamento próprio da sua condição de investigada, sob pena de violação grave a direito fundamental.

4. Com essas considerações, defiro o pedido de liminar, para garantir à paciente o direito de: (a) ser assistida por advogado e de, com este, comunicar-se; (b) não ser obrigada a assinar o termo de compromisso de dizer a verdade, sem sofrer com isso qualquer medida privativa de liberdade; (c) não se autoincriminar; (d) ter acesso aos elementos de investigação já documentados. Comunique-se, com urgência, ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar suposto esquema de corrupção no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Solicitem-se informações. Após, à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2015.

Ministro TEORI ZAVASCKI

Relator

*Documento assinado digitalmente*

